



Autonomia política e econômica: a experiência das agricultoras de Viçosa-MG a partir das Cadernetas Agroecológicas e da Campanha Periferia Viva

Political and economic autonomy: the experience of women farmers in Viçosa-MG based on the Agroecological Logbooks and the Periferia Viva Campaign.

CASTRO, Gisele Ferreira¹; CASTRO, Nayara Lopes de²; FREITAS, Isabela; DIAS, Indyra; NEVES, Daniel

¹ Técnica em Agroecologia pelo IF Sudeste MG, Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) gisele.f.castro@ufv.br; ² Engenheira Agrônoma, técnica no Centro de Tecnologia Alternativas da Zona da Mata Mineira (CTA/ZM), nayara.castro@cta.br; ³ Universidade Federal de Viçosa, isabela.fredes@ufv.br; ⁴ Universidade Federal de Viçosa, indyra.dias@ufv.br; ⁵ Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA/ZM), danielneves.m@gmail.com.

RESUMO EXPANDIDO

Eixo Temático: Políticas públicas na Agroecologia

Resumo: A partir da reflexão do Grupo de Trabalho Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia, pautada por princípios da economia feminista, em 2018 inicia-se uma pesquisa em Viçosa-MG que utiliza a metodologia da Caderneta Agroecológica para conhecer as dinâmicas sociais que permeiam vida das mulheres rurais. Após isso, as agricultoras permanecem articuladas, sobre demandas que surgiram durante o período da pesquisa, uma delas foi o acesso a comercialização pela campanha “Periferia Viva”. O objetivo deste trabalho é contribuir na construção da autonomia econômica e política dessas mulheres, a partir da percepção por parte delas do potencial de seu trabalho e sua relevante contribuição na saúde e na economia. Ao se entenderem como sujeitos de direitos, geram hoje reivindicações por políticas públicas, e inspiram a escrita de um Projeto de Lei nº 046/2021, em tramitação, que dispõe diretrizes de prioridade sobre a compra de alimentos feita pela administração municipal.

Palavras-chave: feminismo; economia invisível; soberania alimentar; políticas públicas.

Introdução

Existe uma diversidade de trabalhos fundamentais para reprodução social das famílias do campo que são marginalizadas nas métricas, sobretudo econômicas, por um processo de invisibilização gerado pela economia de mercado, que também é patriarcal, onde o que se considera como trabalho são apenas as atividades que possam ser trocadas por moeda. Ao observar essas atividades invisibilizadas, não é coincidência que elas sejam executadas principalmente pelas mulheres, são essas: os trabalhos de cuidados, a preservação da sociobiodiversidade, a produção para autoconsumo que gera autonomia alimentar, e demais tarefas domésticas. Investigação feita por Liliam Telles (2018) confirma essa perspectiva “Os diferentes tipos de trabalho produtivo realizados pelas mulheres no entorno de casa, [...] ao



serem considerados como extensão das atividades domésticas são invisibilizados por duas vias: não são considerados como trabalho e não são reconhecidos por sua contribuição econômica” (TELLES, 2018, p.16).

Uma vez invisibilizadas, as mulheres são educadas também a incorporar para si mesmas a compreensão de que suas atividades não são fundamentais, minando primeiro com sua autoestima e conseqüentemente com a capacidade de participarem em espaços públicos de discussão e tomada de decisão, seja na família, comunidade, município e outros.

Para que seja possível romper com essa estrutura, deve-se planejar ações que considerem a perspectiva da economia feminista, a fim de que se priorize as mulheres como protagonistas nos processos organizacionais e também de sua própria emancipação. Assumindo para si o fato de estarem em sociedade como sujeito de direito e político, fomentando discussões, reivindicações, anúncios e denúncias. Diante dessa perspectiva, a agroecologia se propõe a cumprir esse papel transformador da sociedade, já que é através dos processos de participação ativas das pessoas, que os sistemas tendem a transacionar para agroecossistemas sustentáveis (GUZMAN *et al.*, 2000).

De acordo com Sarah Moreira *et al.* (2018, p. 68) a agroecologia, “para seguir sendo um projeto transformador da sociedade, precisa considerar a estrutura patriarcal existente, e reconhecer os saberes, o trabalho e a contribuição social, ecológica e econômica das mulheres para a sustentabilidade da vida”.

As mulheres são majoritariamente responsáveis pelos quintais produtivos de suas propriedades, locais estes que estão extremamente associados à autonomia alimentar de suas famílias e a alta biodiversidade de espécies (alimentares, medicinais etc.). Unindo a questão da biodiversidade de espécies, das quais as mulheres são responsáveis, e a necessidade de uma maior autonomia financeira para essas mulheres, é que se expressa a importância de construir políticas públicas específicas para as mulheres.

Os quintais por se tratar de espaços que são vistos como uma expansão da esfera doméstica e do trabalho produtivo, não são contabilizados como esfera produtiva, logo não possuem valor na economia liberal. Estes espaços são caracterizados pela alta diversidade de espécies (alimentícias, medicinais, etc.), e garantem a soberania e segurança alimentar das famílias (WEITZMANN *et al.*, 2021).

Um dos principais desafios encontrados pelos(as) agricultores(as) familiares relaciona-se ao escoamento e comercialização da produção. Para as mulheres agricultoras, esse acesso a mercados e políticas públicas é ainda difícil, haja vista que quase 15 milhões de mulheres que trabalhavam na agricultura no ano de 2014, não possuíam acesso a documentos básicos para a cidadania, como RG, CPF. E embora as mulheres representem 47,8% da população que reside nas áreas rurais, muitas vezes elas “não são reconhecidas como trabalhadoras rurais, agricultoras



familiares ou camponesas” e quando são remuneradas, “recebem apenas 38% da renda dos homens que vivem na agricultura” (PRÉVOST *et al.*, 2014, p.77).

Isso posto, o objetivo deste trabalho é contribuir na promoção da autonomia econômica, individual e política das mulheres em três comunidades rurais do município de Viçosa, a partir da participação ativa das mulheres nos processos. Salientamos que as mulheres, no caso desta pesquisa, são sujeitas ativas na construção da experiência, participando de reuniões, conselhos municipais, movimentos sociais e organizações políticas.

Metodologia

Para dar visibilidade ao trabalho das mulheres e trazê-las para o centro da análise das dinâmicas sociais e econômicas do campo, foram utilizados dois processos, primeiro as cadernetas agroecológicas (CA) e depois a sistematização das vendas pela Campanha Periferia Viva.

Criada pelo Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM) em conjunto com o Grupo de Trabalho de Mulheres (GT Mulheres) da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e com as agricultoras do Movimento de Mulheres da Zona da Mata e Leste de Minas (MMZML), a CA é um instrumento político-pedagógico que tem o objetivo revelar o trabalho das mulheres do campo, ao mensurar as relações econômicas monetárias e não monetárias (consumo, doação, troca e venda) dos produtos manejados pelas agricultoras.

A pesquisa aconteceu durante dez meses, a partir de 2018, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com 25 mulheres em três comunidades rurais em Viçosa-MG, são elas: Córrego dos Nobres, Pau de Cedro e Comunidade Quilombola do Buieié. As duas primeiras estão em processo de autorreconhecimento enquanto comunidade remanescentes de quilombo, processo que foi inspirado pela articulação das mulheres em torno dessa pesquisa, bem como o acesso ao documento da terra em que vivem.

As CA foram anotadas até o final de 2019, nesse contexto temos o início da pandemia da covid-19, em 2020, que atinge de forma sistemática o meio rural, mas principalmente esse grupo, que são mulheres rurais autodeclaradas como negras e com baixo nível de escolaridade, segundo o Questionário de Caracterização Socioeconômica passado individualmente com a agricultoras. Esse teve o objetivo de levantar informações sobre nove eixos temáticos: informações pessoais, propriedade, composição familiar, acesso à água, acesso às políticas públicas, acesso a mercados, organização econômica, fontes de renda e participação social

Durante a pandemia, observou-se que as pessoas mais atingidas compõem grupos marginalizados da sociedade, sem acesso a políticas públicas e assistência de saúde, agravadas pelo contexto governamental de desmonte das políticas públicas e pela desigualdade estrutural e racista do histórico do nosso país.



Em resposta a essa situação, os movimentos sociais do campo e da cidade uniram-se para criar a "Campanha Periferia Viva", de articulação nacional, que na Zona da Mata foi pensada inicialmente pelo Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), mas que no decorrer do processo contou com a atuação de diversos movimentos parceiros, arrecadando recursos e doações para montar kits de alimentos agroecológicos e itens de higiene pessoal para distribuição às famílias em vulnerabilidade nas periferias. Além disso, a campanha buscou promover o debate político sobre a importância da resistência à mineração de bauxita nos territórios, considerando a ameaça que esse modelo predatório representa para a produção de alimentos, a saúde, a biodiversidade e os modos de vida das comunidades, cuja vocação local é a agricultura familiar.

Em Viçosa, a campanha priorizou as compras de produtos das mulheres agricultoras para a confecção das cestas, onde elas elaboraram listas mensais de produtos possíveis de serem ofertados, bem como quantidades e preços, e enviavam ao CTA, a partir dessa lista era feito o contato com as mulheres para buscar os itens comprados nas comunidades.

Resultados e Discussão

A pesquisa com a metodologia da Caderneta revela que as mulheres são as guardiãs da sociobiodiversidade, e principais responsáveis pela variedade de estratégias econômicas que vão além da comercialização dos produtos. Foram anotados nas Cadernetas aproximadamente 3,4 toneladas de alimentos, divididos em uma variedade de 24 frutas, 32 olerícolas (folhosas, legumes, raízes), 11 produtos in natura de origem animal, 10 plantas medicinais, 9 temperos e especiarias e 13 itens processados, sobretudo panificação e doces. Enquanto na Campanha Periferia Viva foram ofertadas 10 toneladas de alimento ao total de um ano, dividido em 10 frutas e 23 produtos olerícolas.

A maior fatia do total de anotações da CA está na coluna de consumo, indicando que os produtos dos quintais têm o objetivo de garantir a alimentação da família, já que essas variedades de produtos dificilmente poderiam ser comprados no mercado, sobretudo por se tratarem de comunidades que no geral as mulheres não tem fonte de renda fixa nem inserção em mercado formal, sendo caracterizadas por um perfil de venda de força de trabalho através do recebimento e diárias, agrícolas ou não. Muito embora esse componente seja importante para a autonomia das agricultoras, ela reforça a condição precária relativa à segurança financeira uma vez que elas não acessam os direitos trabalhistas.

Além de acompanhar as anotações nas cadernetas, a pesquisa também promoveu oficinas, visitas de intercâmbio e de troca de experiência, por meio das quais elas passaram a reivindicar participação ativa em conselhos, reuniões da prefeitura, espaços de decisão das paróquias locais, acesso a documentos e outros.



O trabalho realizado com as Cadernetas Agroecológicas e a execução da Campanha Periferia Viva expressaram a necessidade de construir um Projeto de Lei para fomentar a agricultura familiar e a economia popular solidária em Viçosa. O PL Comida de Verdade surge de alguns processos mobilizados por organizações e movimentos do campo agroecológico. Dentre eles, destaca-se a iniciativa Agroecologia nos Municípios da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) que teve como propósito sistematizar políticas públicas e experiências municipais que visam fortalecer a agricultura familiar e a agroecologia nos 26 estados do Brasil.

Além disso, a iniciativa também objetivou promover e aprimorar a incidência política local a partir do apoio de consultoras e consultores que foram contratados para atuar em dois municípios em cada Estado. A escolha dos municípios contemplados pela iniciativa se deu através de avaliações políticas das articulações e redes estaduais do movimento agroecológico. No caso de Minas Gerais, as discussões que ancoraram as escolhas ocorreram no âmbito da Articulação Mineira de Agroecologia (AMA) que avaliou as potencialidades das experiências desenvolvidas nos territórios mineiros. A indicação de Viçosa se deu, principalmente, pelo fato de ser um dos municípios inseridos no Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata de Minas Gerais e pelos resultados do processo de acompanhamento com as Cadernetas Agroecológicas e a campanha Periferia Viva, que revelaram a capacidade e a diversidade produtiva de alimentos das mulheres.

Soma-se a isso alguns fatores fundamentais, como a presença de organizações sociais com vasta trajetória de trabalho com agricultura familiar, agroecologia e economia solidária em Viçosa, o engajamento de candidaturas na eleição municipal de 2020 com as pautas da agroecologia e posteriormente a eleição de mandatos comprometidos com as pautas agroecológicas como o da vereadora Jamille Gomes do Partido dos Trabalhadores, autora do PL.

Para a formulação do Projeto foram realizadas inúmeras reuniões, atividades de discussão e mobilização com diferentes atores da sociedade civil e do poder público. Foram acionadas instâncias de diferentes níveis para que a proposta estivesse em concordância com as exigências legais, em consonância com a realidade local e, principalmente, que tivesse sentido político para as comunidades que contribuíram para fomentar o debate sobre as dificuldades de acesso à mercados para agricultura familiar, sobretudo para as mulheres agricultoras.

Conclusões

A partir do presente estudo, comparando os dados anotados pelas mulheres nas CA e sistematizados pela campanha Periferia Viva, foi possível elucidar a grande quantidade e variedade de produtos de responsabilidade das mulheres em meio rural. Especialmente, nas três comunidades estudadas. Embora a campanha tenha escoado uma quantidade significativa de seus produtos, ela ainda não abraça a



dimensão da diversidade dos alimentos e produtos cultivados e produzidos pelas mulheres. Diversidade essa genética e cultural. Espera-se que com a aprovação do PL Comida de Verdade, as mulheres possam escoar seus produtos frutos da sociodiversidade, produtos estes que contam histórias, possuem memórias e nutrem de quem deles se alimentam.

Agradecimentos

Agradecemos imensamente as mulheres das comunidades do Córrego dos Nobres, Pau de Cedro e Buieié que fizeram parte da campanha. Ao Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA/ZM), ao Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) e demais organizações e movimentos sociais que contribuíram com o Periferia Viva. A Marcha Mundial de Mulheres de Viçosa, que acompanha e auxilia na criação do PL Comida de Verdade desde o início do processo.

Referências bibliográficas

GUZMÁN CASADO, Gloria; GONZÁLEZ DE MOLINA, Manuel; SEVILLA GUZMÁN, Eduardo (Coord.). **Introducción a la Agroecología como desarrollo rural sostenible**. Madrid: Mundi- Prensa, 2000.

MOREIRA, Sarah Luiza de Souza; FERREIRA, Ana Paula; SILIPRANDI, Emma. Memórias das mulheres na agroecologia do Brasil. In: SÁNCHEZ, Gloria Patricia Zuluaga; CATAFORA-VARGAS, Georgina; SILIPRANDI, Emma. (Coords). **Agroecologia em Femenino**. Reflexiones a partir de nuestras experiencias. La Paz: Socla, 2018.

PRÉVOST, Héloïse; ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite; GUETAT, Helène. “Il n’y aura pas d’agroécologie sans féminisme”: L’expérience brésilienne. [“There will be no agroecology without feminism”: the brazilian case. **Sustentabilidade em debate**. Brasília, v.5,n.2. 2014.

TELLES, Liliam. **Desvelando a economia invisível das agricultoras agroecológicas: a experiência das mulheres de Barra do Turvo**, SP. 2018. 171 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2018. Disponível em: <https://locus.ufv.br/handle/123456789/26796> . Acesso em: março. 2022.

WEITZMAN, Rodica; SCHOTTZ, Vanessa; PACHECO, Maria Emília L. Mulheres construindo a agroecologia: caminhos para a soberania e segurança alimentar e nutricional. In: **Caderneta Agroecológica: o saber e o fazer das mulheres do campo, das florestas e das águas**. Org.: Thalita Rody, Liliam Telles. Viçosa, MG – Editora Asa Pequena, 2021.